



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLO SIC 38417191163

SECRETARIA: Secretaria da Educação

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Dados sobre conflitos entre alunos e professores. Fornecimento parcial. Indisponibilidade dos demais dados almejados. Negado provimento.

DECISÃO OGE/LAI nº 064/2019

1. Trata-se de pedido formulado à Secretaria da Educação, número SIC em epígrafe, para acesso a informações sobre apoios solicitados por professores em decorrência de conflitos gerados por reclamações de pais sobre sua postura e por filmagens de aulas, bem como o número e assuntos das reclamações feitas sobre professores e procedimentos administrativos abertos para apurar tais condutas.
2. Em resposta, o ente informou apenas acerca do número de reclamações formuladas por pais ou responsáveis sobre a atuação de professores em sala de aula de 2015 a 2018. A ausência de resposta em recurso motivou o presente apelo revisional cabível a esta Ouvidoria Geral, conforme estipulado no artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. Instada a sanar a supressão de instância, a Pasta ratificou os dados já enviados e informou que o sistema de Ouvidorias não apresenta os demais dados conforme solicitado nos questionamentos propostos no pedido. Cientificada, a interessada não se manifestou.
4. A análise dos autos permite concluir que a solicitação foi adequadamente respondida, nos termos do artigo 11, caput, da LAI. O interessado solicita dados relativos a reclamações sobre a atuação de professores em sala de aula, e as respostas ofertadas prestaram as informações existentes sob custódia da Pasta, sendo que o ente ainda esclareceu não possuir os demais dados, não havendo negativa de acesso à informação, baseada no inciso I do artigo 20 do Decreto nº 58.052/2012, pois dados inexistentes não comportam fornecimento nem tampouco podem ser acessados.
5. Oportuno lembrar que afirmação de órgão público está revestida de presunção relativa de veracidade, conforme entendimento desta Ouvidoria Geral, também adotado em âmbito federal pelo Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União: “A alegação de inexistência de documento/informação por órgão público é revestida de presunção relativa de veracidade, decorrente do princípio da boa fé e da





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

fé pública. Tal posicionamento tem respaldo na doutrina. Nesse sentido, Hely Lopes Meirelles (2013) aduz que os atos administrativos, qualquer que seja sua categoria ou espécie, nascem com a presunção de legitimidade, independentemente de norma legal que a estabeleça. Essa presunção decorre do princípio da legalidade da Administração, que nos Estados de Direito, informa toda a atuação governamental.” (Referência: 08850.000326/2015-22. Órgão recorrido: Departamento de Polícia Federal. Interessado: A.S.F.).”

6. Ante o exposto, tendo sido enviada parte das informações e sendo indisponíveis os demais dados solicitados, conforme as respostas oficialmente fornecidas pelo ente demandado, **conheço do recurso** e, no mérito, **nego-lhe provimento**, com fundamento no artigo 11 da Lei nº 12.527/2011, ausentes as hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052/2012.
7. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, para ciência do interessado. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 04 de abril de 2019.



VERA WOLFF BAVA

RESPONDENDO PELO EXPEDIENTE DA
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

MKL